



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8954 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT02 - História da Educação

INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM ALAGOAS: O INSTITUTO
GABINO BESOURO NA REVISTA DE ENSINO 1930-1931

Gilson Sales de Albuquerque Cunha - Universidade Estadual de Alagoas

Agência e/ou Instituição Financiadora: capes

RESUMO

O estudo analisa a interiorização do ensino profissional em Alagoas através da criação do Instituto Gabino Besouro, em 1930, na cidade de Penedo - AL. Os documentos e os artigos publicados na ‘Revista de Ensino’, no período de 1927-1931, foram as fontes através das quais identificamos a associação entre educação profissional e o ideário higienista.

Palavras-Chave: Ensino Profissional, Interiorização, Instituto Gabino Besouro.

Com o Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, instala-se no país uma rede de instituições destinadas ao ensino primário e gratuito, voltadas para a profissionalização da infanto-adolescência desamparada, sendo sediadas nas 18 capitais dos estados contemplados e a cidade de Campos, no Rio de Janeiro. Revelam-se assim duas marcas do processo de instalação do ensino profissional no país: ensino profissional para os de ‘ínfima sorte’ e a concentração das instituições nas capitais dos estados.

Nas publicações pedagógicas, que circularam no Estado de Alagoas nas primeiras décadas do século passado, destacamos a ‘Revista de Ensino’, publicação pedagógica, que circulou a partir de maio de 1891, sendo desativada na década seguinte; voltando a circular a partir de 1927, como órgão oficial do Departamento de Instrução Pública de Alagoas e da Sociedade Alagoana de Educação (MARTINS, 2014). Na coleção desse periódico, de 1927 a 1931, encontramos um conjunto de fontes documentais impressas que permitem vislumbrar o processo de interiorização da educação profissional em Alagoas. Em 1931, instala-se, na cidade de Penedo – AL, o Instituto Gabino Besouro, destinado ao ensino profissional na educação primária, para meninos e meninas.

Um aspecto recorrente, nos artigos vinculados à ‘Revista de Ensino’, consiste na apresentação das finalidades e da fundamentação da educação profissional como imperativo de saneamento social e elevação moral através da educação para o trabalho.

Este estudo objetivou analisar a instalação do Instituto Gabino Besouro a partir do conjunto de fontes documentais presentes na Revista de Ensino, tais como o decreto instituidor, a ata de instalação e o regulamento dessa instituição de ensino, além de artigos

assinados e matérias no período de 1927 a 1931. Há um considerável número de estudos, fundamentado em fontes documentais, que permitem vislumbrar a educação profissional em Alagoas; contudo, não localizamos estudos que tratem da interiorização do ensino profissional. Dessa forma, pretende-se contribuir para resgatar esse aspecto histórico da Educação Profissional no Estado.

METODOLOGIA

O estudo incidiu sobre as fontes contidas na hemeroteca do Arquivo Público e do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, no período de 1927-1931, abrangendo o conjunto de 16 números. O recorte temporal corresponde à transição da República-Velha para a República de Vargas, com mudança do modelo econômico e reordenação das elites no poder.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM ALAGOAS

Nos dois primeiros períodos, o Brasil-Colônia e Brasil-Monarquia, Alagoas era a Comarca das Alagoas, pertencente à província de Pernambuco, condição que permanecerá até 1817, quando é desmembrada pela Coroa Portuguesa (DIÉGUES JÚNIOR, 2006; SANTANA, 1970; TENÓRIO, 1997). No tocante ao ensino, não vamos encontrar qualquer instituição, salvo as atividades de catequeses de franciscanos na Vilas de Alagoas e Penedo (VERÇOSA, 2015).

No Brasil-Império, encontramos algumas instituições de ensino, sendo duas voltadas para o ensino de ofícios: o Colégio de Educandos Artífices (1854-1861) e o Liceu de Artes e Ofícios (1884) (FONSECA, 1986; SANTOS e SILVA, 2008; BONAN, 2010; SILVA, 2010; VERÇOSA, 2015). Estas parecem ser as primeiras instituições de ensino profissional alagoanas e, apesar de efêmeras, segundo Santos e Silva (2008), representaram a materialização das políticas públicas de assistência a infância desamparada, oferecendo formação para o trabalho: “[...] A criação dessas instituições fez parte de um lastro maior da política do Império brasileiro voltada para a assistência de crianças e órfãos, adultos pobres, doentes e loucos” (2008, p. 89).

Em Alagoas, no que concerne à educação profissional para as meninas, só em 1877 vamos encontrar uma instituição de ensino para o trabalho congênere àquelas duas anteriormente citadas: Asilo das Órfãs Desvalidas Nossa Senhora do Bom Conselho, posteriormente (1879) integrado a Santa Casa de Misericórdia (SANTOS e SILVA, 2008).

A CRIAÇÃO DO INSTITUTO GABINO BESOURO A PARTIR DA REVISTA DE ENSINO

Em Alagoas, a Revolução de 1930 produziu uma série de reformas educacionais implementadas pelo governo interventor de Hermillo de Freitas Melro, dentre elas: a criação da Inspeção Técnica de Ensino; a criação do cargo de fiscal de ensino; criação de curso rural, anexo a cada grupo escolar do Estado, destinado à formação de professores rurais; bem como reorganizou o curso normal no Estado, conforme decretos publicados na Revista de Ensino (Revista de Ensino, n. 23, 1931). O conjunto dessas reformas apontam para a consolidação do modelo de educação que vinha sendo defendido pelas elites que tomaram o poder no país, em 1930, e implementado a partir de então. É nesse contexto de reformas que se dá a expansão e a interiorização do ensino profissional no Estado, através da criação do Instituto Gabino Besouro, na cidade de Penedo.

Merecem relevo as possíveis razões da escolha da cidade Penedo para sediar o

Instituto. Historicamente a cidade detinha papel de destaque na vida econômica, política e cultural da região alagoana do São Francisco (DIEGUES JÚNIOR, 2006, SANTANA, 1970), conforme destaca Tenório (1997, p. 20-21), ao comentar a disputa entre Maceió e Penedo pela posição de nova sede do Estado, em 1839, aponta:

Próspero parque comercial e industrial, Penedo detinha em seu território fábricas variadas de tecidos, óleos, sabão, vinagre, cigarros, móveis, calçados; refinação de açúcar, de café; curtume; oficinas; escritórios e representações, além de seu movimentado porto fluvial que a tornava um verdadeiro pólo de atração das cidades sanfranciscanas e sertanejas, com ligações fortes com Sergipe e a Bahia [...] Dos cinco governadores republicanos, três deles estavam diretamente ligados à "mui leal e valorosa cidade maurícia das Alagoas": Gabino Besouro, o inflexível militar, era nascido lá e cioso de suas origens; o Barão de Traipu e seu genro Euclides que lhe sucederam, tinham lá montada sua base política, apesar de terem nascido em outras cidades. Da liderança da política municipal em Penedo, ambos projetaram-se para o comando da administração estadual onde permaneceram muitos anos.

Dessa forma, mesmo preterida para ser a capital da província, continuou a cidade exercendo grande influência sobre a vida econômica, política social de Alagoas; sendo também um centro de formação e irradiação do ensino na região. Uma evidência disso foi a criação das aulas de Latim, Filosofia e Francês, anexas ao Liceu Alagoano, este sediado em Maceió (DUARTE, 1961, CRAVEIRO COSTA, 1931; VERÇOSA, 2015).

O Decreto n. 1.428, 1 de dezembro de 1930, assinado pelo governador Hermillo de Freitas Melro, estabelece que:

Art. 1º, parágrafo único: Esse instituto formará operários, contra-mestres e mestres, ministrando ensino pratico e os conhecimentos technicos necessários aos menores que pretenderem aprender um officio, havendo para isso as Officinas de Trabalho manual e mecânico, de que trata o artigo 3º e ainda as que de futuro forem criadas

Dentro do espírito da época, não há um discurso sobre a conjugação do ensino propedêutico com o ensino técnico; entretanto, a formação oferecida pelo Instituto abrangia, por força do Art. 2º do Decreto, além do ensino técnico, a oferta do curso infantil (2 anos), do curso primário ou pré-vocacional (4 anos), do curso geral, compreendendo duas etapas: fundamental (2 anos) e complementar (2 anos). As oficinas de formação profissional tinham duração de quatro anos, após o curso pré-vocacional, compreendendo as seguintes modalidades: mecânica prática, trabalhos em madeira, artes têxteis, fabrico de calçados, artes decorativas, feitura de vestuário masculino, feitura de vestuário feminino, atividades comerciais, atividades domésticas, artes gráficas. O decreto instituidor também previa a oferta do curso de formação de professores rurais; além de um curso equiparado à Escola Normal e um curso preparatório para a admissão no Colégio Pedro II, conforme Arts. 3º e 4º do Decreto n. 1.428/1930 (Revista de Ensino, n. 24, 1931).

Nos artigos da 'Revista de Ensino' encontramos professores defendendo o ensino técnico como instrumento de reconhecimento do "[...] merecido conceito, que a nossa nacionalidade deve ter entre os povos cultos" (MARANHÃO, 1931, p. 72), expressando um projeto, das elites recém-chegadas ao poder, de higienizar a população do ponto de vista corporal, moral e laboral.

A Revista de Ensino, em seu segundo período de circulação, funcionou como um veículo de divulgação da seção alagoas da ABE. Carvalho (1989, p. 56) aponta que “No discurso cívico da ABE, a figura de um brasileiro doente e indolente, apático e degenerado, alegoriza os males do país. Transformar essa espécie de Jeca Tatu em brasileiro laborioso, disciplinado, saudável e produtivo era o que se esperava da escola”. Nesse sentido, encontramos no referido periódico algumas notícias quanto ao caráter redentor do trabalho:

Na prisão de Penonomé, Capital da província de Cocle, foi organizada recentemente uma aula para ensinar os detentos a fazer chapéus de palha. É a primeira vez que nas prisões do interior da pequena República, se adota o regime de proporcionar aos presidiários o ensino de aprendizagem de ofício durante seu estágio de inutilidade e parasitismo (Revista de Ensino n. 24, 1931).

Essas falas parecem transparecer uma proximidade do higienismo social através da educação profissional, bem como a articulação do ensino profissional no projeto desenvolvimentista desencadeado no país a partir do governo de Getúlio Vargas. Dessa forma, articula-se a educação profissional com razões médico-higienistas, estabelecendo como missão da escola a redenção da população através do trabalho, o discurso médico-higienista ladeia o discurso nacionalista.

No Regulamento podemos identificar notas de higienismo social. Dentre os requisitos para a matrícula nos cursos, requeria-se dos candidatos, além da idade mínima, que estes “não sofferem de moléstia infecto-contagiosa”. Da mesma forma, quanto aos alunos com “defeitos phisicos que os inhabitem para o aprendizado do officio, serão matriculados apenas no curso literário e no de desenho”. No mesmo sentido, uma inspetoria médico-escolar seria exercida pelo Delegado de Higiene da cidade do Penedo, pela professora de Educação Física e pelo Pelotão de Saúde. A temática da saúde escolar emerge da compreensão que os serviços de higiene escolar poderiam exercer uma ação preventiva e curativa por dentro da escola (LIMA, 1985; LUZ, 1982; HOCHMAN, 2013). O ideário higienista estava presente no artigo 138 da Constituição de 1934, vale lembrar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos exemplares da coleção desse periódico, no período de 1927 a 1931, encontramos a defesa da Educação Profissional no ensino primário, bem como o esforço para fundamentar científica e pedagogicamente o ensino técnico.

Na ‘Revista de Ensino’, a defesa do ensino profissional operou-se a partir dos argumentos do higienismo social e desenvolvimentismo típico da era Vargas. A partir disso, resta indagar sobre a efetividade desses argumentos sobre o ensino alagoano, objeto para novos estudos.

REFERÊNCIAS

BONAN, Irene. **Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (1909-2009):** cem anos de história do ensino profissionalizante em Alagoas. Maceió, EDUFAL, 2010.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica:** higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista, EDUSF, 1998.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a república.** São Paulo, Brasiliense, 1989.

CORREIA, Mailza da Silva. **A educação popular no Brasil império: as primeiras iniciativas de escolas noturnas em Alagoas (1870-1889)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura.; MARQUES, Amanda Christinne Nascimento.; SILVA, Álvaro Queiroz da. **Nos trilhos da memória: cem anos do Instituto Federal de Alagoas – Campus Satuba**. Maceió, IFAL, 2011.

CRAVEIRO COSTA. **Instrução pública e instituições culturais em Alagoas e outros ensaios**. Maceió, Imprensa Oficial, 1931.

DUARTE, Abelardo. **História do liceu alagoano: desde sua criação até o ano de 1960**. Maceió, Departamento Estadual de Cultura, 1961. Caderno XI.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento**. São Paulo, Hucitec, 2013.

LIMA, Gerson Zanetta de. **Saúde escolar e educação**. São Paulo, Cortez, 1985.

LUZ, Madel. **Medicina e ordem política brasileira**. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

MARTINS, Iane Campos. **Os escritos educacionais de João Craveiro Costa e a escola nova em Alagoas nas décadas de 1920 a 1930: interrelação entre ideias e práticas**. 2014, Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

MARANHÃO, Oswaldo. O governo revolucionário e o ensino técnico profissional. **Revista de Ensino**, Maceió, a. II, n. 24, p. 72-73, fev./mar., 1931.

SANTANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Recife, Instituto do Açúcar e do Alcool, 1970.

SILVA, Rosilda Germano da. **O Colégio de Educando Artífices do Brasil-Império: as raízes do Ensino Profissional para as crianças pobres em Alagoas (1854-1861)**. 2010, Monografia (Graduação em Pedagogia), Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2010.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A metamorfose das oligarquias**. Curitiba, HD Livros, 1997.

VERÇOSA, Élcio de Gusmão. **Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias**. Maceió: Edufal, 2015.

FONTES DOCUMENTAIS

S/A. Decreto n. 1.428, 1 de dezembro de 1930. Cria o Instituto Gabino Besouro. **Revista de Ensino**. Maceió: a. II, n. 23, p. 45, jan., 1931.

S/A. Acta da instalação do Instituto “Gabino Besouro”, da cidade de Penedo. **Revista de Ensino**. Maceió: a. II, n. 23, p. 52-53, jan., 1931.

S/A. Regulamento do Instituto Gabino Besouro. **Revista de Ensino**. Maceió: a. II, n. 24, p. 53-71, fev./mar., 1931.